



**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**SBS Quadra 02 – Bloco F – Edifício FNDE – 4º andar – CEP 70.070-929**

**Processo n.º 23034.005370/2013-74**

**Interessado: NONSTOP INFORMÁTICA ME LTDA e G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA EPP**

**Assunto: Licitação – Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 48/2013**

1. O Pregoeiro Oficial do FNDE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Inciso II do art. 11 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, recebe as Impugnações ao edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Apoio à Gestão e Melhoria de Processos de Negócio para o FNDE, na forma e condições estabelecidas no edital.

2. Verificados os requisitos de admissibilidade, quais sejam tempestividade, legitimidade e interesse, passamos à análise do pleito.

#### **I - Do Pleito**

3. Em resumo, as empresas não concordam com algumas exigências de caráter técnico e solicitam o edital seja flexibilizado. Ainda, informam que a tabela do item X.1.4.4 do Termo de Referência contém erros nas quantidades informadas.

#### **II - Do exame do pleito.**

4. Submetemos a análise do mérito das impugnações à área técnica responsável pela elaboração das especificações do objeto do edital, conforme parecer transcrito abaixo, que adoto como razão para decidir:

“  
**NOTA TÉCNICA DA EQUIPE DE APOIO**  
**ANÁLISE E MANIFESTAÇÕES PARA EMBASAMENTO DA DECISÃO**  
**ADMINISTRATIVA DO PREGOEIRO:**

**ASSUNTO:** Impugnações administrativas contra o Edital de Pregão Eletrônico nº. 48/2013, interpostas pelas empresas **G4F Soluções Corporativas Ltda - EPP** e **NONSTOP Informática - ME Ltda.**

**INTRODUÇÃO:**

Inicialmente cumpre registrar que o Termo de Referência que integra o Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº. 48/2013 foi objeto de detida reflexão durante todo o processo de elaboração de seus termos, tendo inclusive passado pelo crivo da Procuradoria Federal neste FNDE, donde emanaram orientações de ajustes que foram promovidos pela Equipe Técnica de Apoio.

Outro cuidado observado pela Equipe Técnica levou em conta as decisões jurisprudenciais da Corte de Contas da União para quem a prolação de três

decisões em um mesmo sentido firma a jurisprudência da Casa. Por outro lado o embasamento alicerçado em um ou dois julgados configura a existência de precedente jurídico e não de jurisprudência.

Ainda em sede de introdução cumpre registrar que as empresas que interpuseram as impugnações não visitaram esta Instituição no sentido de efetuarem a vistoria técnica, o que permitiria a dissipação de eventuais dúvidas acerca das condições e do ambiente da futura prestação dos serviços.

Outro aspecto que merece registro introdutório é a dúvida que paira quanto aos reais objetivos da empresa **NONSTOP Informática Ltda.** É corrente no meio licitatório a atuação de empresas cujo objetivo é o de tumultuar os processos licitatórios sem que sejam do ramo de atividade do certame. Por vezes deles participam como "coelhos de corrida", prática repudiada pelo Egrégio TCU.

Objetivando coibir ações deste tipo aquela Corte prolatou Acórdão de nº 1.793/2011 em que recomenda que todos os Entes da Administração Pública Federal se resguardem quanto eventuais práticas ofensivas ao art. 7º da Lei nº. 10.520/02, como se vê no Acórdão 1.793/11:

[...]

**9.2. determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que:**

**9.2.1. oriente os gestores dos órgãos integrantes do Sisg:**

**9.2.1.1. a autuarem processos administrativos contra as empresas que praticarem atos ilegais previstos no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, alertando-os de que a não autuação sem justificativa dos referidos processos poderá ensejar a aplicação de sanções,** conforme previsão do art. 82 da Lei nº 8.666/1993, bem como representação por parte do Tribunal de Contas da União, com fulcro no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal c/c o art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 8.443/1992;

[...]

Como resultado da decisão acima a SLTI expediu o Ofício-Circular 23/DSL/SLTI/MP, de 25/08/2011, endereçado a todos os Órgãos da APF, através do sistema "Comunica", em que reproduz, em um dos seus itens, os termos do item 9.2.1.1 do Acórdão acima citado, para sejam tomadas as pertinentes medidas administrativas.

Neste sentido, cumpre-nos fazer os seguintes registros:

- Em rasa pesquisa foi possível evidenciar que a empresa **NONSTOP Informática ME Ltda** não detém as características de possível interessada no certame, como se pode constatar das informações abaixo que revelam tratar-se de microempresa, com natureza de firma individual, que atua exclusivamente na área da tecnologia da informação.

**Nonstosp Informática ME Ltda - Luiz Carlos de Lima Junior<sup>1</sup> - ME, desde 1/4/2010:**

- CNPJ: 11.773.473/0001-48
- Abertura: 1/4/2010
- Natureza: **Empresário Individual** (2135)

---

<sup>1</sup> Fonte: [http://wooki.com.br/b?c=11773473000148\\_KjJbRaGhDK#!g=g](http://wooki.com.br/b?c=11773473000148_KjJbRaGhDK#!g=g)  
2/12

- Situação: Ativa desde 1/4/2010
  - Endereço: St Shc/N Cl Quadra 408 Bloco C Loja 48, S/N, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70856-530, Brasil
  - Atividade: **Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação** (6209100)
- Tais informações são corroboradas com a disponibilização da consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil, cujo registro apensamos abaixo:

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>11.773.473/0001-48</b>	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>01/04/2010</b>
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL <b>LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR - ME</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>NONSTOSP INFORMATICA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)</b>			
LOGRADOURO <b>ST SHC/N CL QUADRA 408 BLOCO C LOJA 48</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>70.856-530</b>	BARRIO/DISTRITO <b>ASA NORTE</b>	MUNICÍPIO <b>BRASILIA</b>	UF <b>DF</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/04/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>EXERCÍCIO</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>EXERCÍCIO</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 28/11/2013 às 10:53:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

- Não há qualquer registro que revele atividade (principal ou secundária) com características de compatibilidade com o objeto licitado, o que torna discutível os interesses da impetrante.
- Neste sentido, entendemos que a matéria (ausência de interesse e eventual ofensas ao art. 7º da Lei nº. 10.520/02 e ao Acórdão nº. 1.793/2011) deva ser objeto de avaliação e detida análise do Sr. Pregoeiro.

**QUANTO ÀS IMPUGNAÇÕES:**

***Da empresa G4F - Soluções Corporativas Ltda***

**Argumentos da impugnação da G4F:**

Da peça impugnatória da Impetrante extraímos os principais pontos de sua argumentação, abaixo transcritos:

Verifica-se que o Edital, nos itens II.2.18, II.3.2, X.1.2, X.1.4.5 e X.1.4.6 do Termo de Referência (Anexo I), estabelece como requisitos de habilitação técnica a apresentação de atestado de capacidade técnica que contemple a execução de serviços utilizando a plataforma ARIS, bem como a indicação de profissional que possua a certificação CAP (Certified Aris Professional)

[...]

Por outro lado, extrai-se do item II.1.1 e do item II.1.2 e seus subitens, que o escopo da presente licitação abrange unicamente a contratação de serviços continuados de Apoio a Gestão e Melhoria de Processos de Negócio, dimensionados em Horas de Serviços Técnicos (HST) e atrelados à entrega de produtos.

Dessa forma, os serviços a serem contratados caracterizam-se por serviços de consultoria em

gestão de processos, que independem da ferramenta utilizada pelo FNDE.

[...]

Dentro desse contexto, revela-se completamente desarrazoada a exigência de profissional com a certificação CAP (Certified ARIS Professional), ou de atestado de capacidade técnica que aborde a utilização da ferramenta ARIS, uma vez que a experiência técnica da empresa licitante não necessita ser na ferramenta ARIS, eis que o objeto do certame não envolve implementação, instalação e parametrização dessa ferramenta, mas tão somente a prestação de serviços continuados de Apoio a Gestão e Melhoria de Processos de Negócio.

Assim, o foco da contratação é a Gestão e Melhoria de Processos de Negócio, que independe da ferramenta utilizada. Um profissional ou empresa detentora de tal expertise possui capacidade técnica operacional para operar qualquer ferramenta de suporte à gestão e melhoria de processos, independente do fabricante. Isso porque os princípios que envolvem as ferramentas são os mesmos.

Observe-se que o objeto licitado contempla, inclusive, apoio ao escritório de processos, à divulgação da cultura de gestão de processos, elaboração de "templates" (modelos de documentos), dentre outros. Todos esses serviços independem da plataforma (solução tecnológica) utilizada.

Note-se que, havendo no curso da execução do contrato eventual necessidade de conhecimento no padrão de notação utilizado pela ferramenta ARIS, a licitante vencedora deverá dispor de um consultor com experiência em tal notação. Todavia, tal necessidade, acaso existente, ocorrerá em uma parcela mínima do contrato, não sendo razoável, portanto, a exigência de profissional com a certificação CAP.

Tendo em vista essas considerações, torna-se evidente que as exigências de profissional com a certificação CAP (Certified ARIS Professional) e de apresentação de atestado de capacidade técnica que conste que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS restringem de maneira ilícita a competitividade, ao se criar requisitos sem qualquer necessidade ou utilidade para os serviços a serem contratados.

A restrição à competitividade decorrente de tais exigências ganha contornos ainda mais fortes em virtude do número extremamente reduzido de profissionais no Brasil que detém essa qualificação, cabendo destacar que, em Brasília, existem apenas dois profissionais possuidores da certificação CAP.

Dessa forma, devem ser alterados os itens II.2.18, II.3.2, X.1.2, X.1.4.5 e X.1.4.6 do Termo de Referência (Anexo I), a fim de que sejam excluídos os requisitos de qualificação técnica consistentes na indicação de profissional com certificação CAP (Certified ARIS Professional) e na apresentação de atestado de capacidade técnica que conste a informação de que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS, por se tratarem de requisitos absolutamente impertinentes e desnecessários para a execução do objeto a ser contratado.

É indubitável que os itens do Edital que estabelecem a obrigatoriedade de apresentação de profissional com a certificação CAP (Certified ARIS Professional) e de atestado de capacidade técnica que informe que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS violam as supracitadas normas legais, na medida em que estreita o universo de potenciais licitantes, por força de uma exigência desnecessária e que não possui qualquer utilidade para a execução do objeto licitado.

[...]

a Impugnante requer, desde já, que sejam alterados os itens II.2.18, II.3.2, X.1.2, X.1.4.5 e X.1.4.6 do Termo de Referência (Anexo I), nos termos das razões dedilhadas alhures, a fim de que sejam excluídos os requisitos de qualificação técnica consistentes na indicação de profissional com certificação CAP (Certified ARIS Professional) e na apresentação de atestado de capacidade técnica que indique que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS.

#### **Análise e parecer técnico acerca da impugnação da G4F:**

No caso em apreço, a impugnante declara que a exigência de atestados de capacidade técnica onde conste que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS em tese configura restrição e inobservância aos princípios basilares do processo licitatório, em especial da competitividade e economicidade.

Inicialmente, é preponderante esclarecer que a exigência em comento, disposta no item II. 3.2 do Termo de Referência (Anexo I), não se dá de maneira despropositada ou a revelia do gestor, o que poderia caracterizar condição restritiva à ampla competitividade do certame.

Muito embora o objeto do Pregão Eletrônico nº 048/2013 não preveja o fornecimento, instalação ou parametrização de solução tecnológica específica, é determinante observar que a execução dos serviços de apoio à gestão e melhoria dos processos de negócios deve ocorrer em perfeita sintonia e conformidade com a infraestrutura tecnológica disponível nas instalações do FNDE, que para esta finalidade, é predominantemente constituída pela plataforma ARIS.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, perseguindo o alcance dos seus objetivos estratégicos, conduz um modelo de gestão orientado por processos que já motivou investimentos com o tratamento eletrônico das atividades de modelagem e simulação de processos.

Por conta disto o Órgão fez um pesado e dispendioso esforço na aquisição, implantação, customização e parametrização do software ARIS (mídias e licenças), já tendo sido totalmente concluída sua instalação, configuração e integração ao ambiente computacional do órgão, em decorrência do contrato nº 171/2010.

Ora, nenhuma aquisição no âmbito público pode ser inócua, desarrazoada, despropositada. Já de muito tempo o FNDE vem se estruturando, se equipando, se adequando no sentido de se constituir em uma Instituição com excelência na prestação dos serviços que lhe compete.

O processo de Governança Institucional que o Órgão vem perseguindo têm resultado em avaliações positivas e de destaque junto aos Órgãos de Controle (Interno - CGU e Externo - TCU). Neste sentido, um dos pilares que o FNDE vem adotando é o que está adstrito ao princípio da padronização, logo a conjugação principiológica se dá não com a avocação deste ou daquele princípio isoladamente, e sim com a conjugação de princípios que permitam aferir se a primazia do interesse público está sendo alcançada.

Logo, há que se conjugar a competitividade, economicidade, finalidade e seleção da proposta mais vantajosa com os princípios da legalidade, da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade, da padronização, da eficiência, da eficácia, da impessoalidade, da especialização, etc.

A doutrina já consagrou o entendimento de que o sopesar dos princípios leva-nos a afastar uns e prestigiar outros aplicáveis ao caso concreto, e assim o é na presente questão.

Ao contrário do que entende a impugnante, o resultado pretendido com a contratação dos serviços de gestão de processos está diretamente associado à competência técnica da licitante na operacionalização do ambiente tecnológico da contratante.

Remetendo aos dispositivos legais que tratam da eleição dos critérios de qualificação técnica, a competência na execução dos serviços de gestão de processos sob a plataforma ARIS, neste caso, **configura um requisito indispensável para o desempenho das atividades que constituirão encargo do sujeito contratado.**

Configurar-se-á ofensa aos princípios da legalidade, da razoabilidade, da eficiência, da eficácia, da padronização, etc, admitir a qualificação técnica em outra plataforma tecnológica que não a já utilizada pelo FNDE, uma vez que se trata de instrumento de sustentação e apoio para a efetiva entrega dos produtos que integram o escopo do projeto.

No que se refere aos princípios da legalidade, da padronização, da eficiência, da eficácia e, por conseguinte da razoabilidade, verifica-se que a exigência guarda amparo legal, conforme dispositivos que ora transcrevemos da Lei Geral de Licitações, com os destaques e comentários que produzimos:

Art. 11. As obras e **serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes**, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

**Comentário:** A padronização sede lugar se ela não atender às especificidades do empreendimento. No caso presente a padronização não só atende como se revela essencial na execução dos serviços

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, **que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho**, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

**Comentário:** Este dispositivo, por si só, afasta todos os argumento da Impetrante. Dispensa comentário ...

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação**, bem como da **qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos**;

**Comentário:** A letra da Lei revela a total aderência do edital com a norma não restando configurada a alegada ofensa jurídica

III - **comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação**;

**Comentário:** Houvera a Impetrante efetuado a vistoria técnica não se arvoraria em um voo sem asas ou sem paraquedas em uma seara que demonstrou desconhecer, qual seja, o ambiente e a infraestrutura necessários à prestação dos serviços.

§ 1º **A comprovação de aptidão** referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, **será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou**

**outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes,** limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º **As parcelas de maior relevância técnica** e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, **serão definidas no instrumento convocatório.** (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º **Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Conforme preceitua em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, o jurista Marçal Justen Filho, aponta que “*a determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, **em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar.** Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, **avaliar os requisitos necessários,** restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes”.* (Grifo nosso)

Na mesma medida, o jurista registra que ao passo que as exigências devem limitar-se estritamente aos aspectos indispensáveis à entrega do objeto, não configurando cerceamento ao caráter competitivo do certame, é determinante que a ampliação do universo de participantes não ocorra “às custas da ampliação do risco de contratos mal executados e de sérios prejuízos aos interesses colocados sob tutela do Estado”.

Perseguindo o mesmo raciocínio, em especial no que diz respeito à eleição dos critérios de aferição da competência técnica dos proponentes, é **indispensável que a Administração verifique os requisitos para desempenho das atividades que constituirão encargo do sujeito contratado.**

De acordo com o autor, “*eventualmente, a execução da prestação pressupõe o **domínio de determinado tipo de habilidade ou de certas tecnologias;** em outros casos, faz-se necessária a posse de certo maquinário; em outros, é imprescindível a participação de pessoal qualificado.*” (Grifou-se)

Nessa perspectiva, a exigência de qualificação técnica ocorre como comprovação da efetiva capacidade do licitante desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado, **levando-se em conta as condições e requisitos do ambiente onde será executado.**

Logo é pertinente considerar que a experiência anterior do proponente, compatível em **características**, quantidades e prazos, conforme preceitua o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93, deve ser encarada como uma garantia ao cumprimento dos objetivos finalísticos da contratação.

Não obstante, ainda sem se ater à maiores considerações, é oportuno registrar que a exigência de qualificação técnica disposta no item II.3.2 do Termo de Referência reflete o cumprimento de uma das etapas internas do processo licitatório, qual seja o planejamento da contratação. Nessa perspectiva, seria temerário desconsiderar os investimentos realizados até o momento com a infraestrutura tecnológica de suporte às atividades de gestão de processos.

Importante ressaltar que a empresa G4F SOLUÇÕES COORPORATIVAS, não se manifestou para o agendamento de vistoria, conforme item “X.1.17.Da vistoria” descrito no edital. Oportunidade em que, como já registrada anteriormente, permitiria o esclarecimento de dúvidas e o entendimento das necessidades ambientais e operacionais do trabalho a ser executado, assim como a importância de uso e administração da plataforma ARIS.

Diante das razões expostas, nos opomos ao entendimento de que a exigência de atestados de qualificação técnica, contemplando a execução de serviços sob a plataforma ARIS, configura restrição ao princípio da competitividade no processo licitatório em curso.

Em última análise, o que se pretende, amparado nas disposições do inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93, é comprovar a aptidão técnica dos licitantes de forma pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, levando-se em conta as condições e requisitos do ambiente onde o serviço será executado.

No que tange aos argumentos que pretendem desqualificar a exigência de indicação de profissional que possua a certificação CAP (Certified Aris Professional), de acordo com os itens II.2.18, X.1.2, x.1.4.5 e X.1.4.6 do Termo de Referência (Anexo I), a redação dada pelo próprio item X.1.4.6 apresenta as justificativas para a exigência em questão, se não vejamos:

**X.1.4.6 A certificação ARIS Professional tem por objetivo garantir que a contratada forneça apoio especializado e padronizado na utilização e administração da ferramenta ofertada, assim como zelar pela continuidade dos serviços em caso de eventualidades decorrentes da utilização diária da ferramenta por profissionais da contratada devidamente qualificado e habilitado para o manuseio no ARIS. (Grifamos)**

Como elucidado anteriormente, o FNDE, perseguindo uma cultura organizacional orientada por processos realizou investimentos na construção de um ambiente tecnológico onde a plataforma ARIS configura-se como o principal instrumento de apoio às atividades de modelagem e simulação de processos. Neste



sentido bem vale a citação do brocado que diz que “*o acessório acompanha o principal*”.

Dessa vez, o dispositivo em apreço remete à necessidade de garantir a qualificação técnica do proponente no que se refere ao capital humano que será dedicado à execução dos serviços de gestão de processos de negócios, já que a plataforma utilizada é revestida de funcionalidades e requisitos de programação específicos, cuja operação indevida pode comprometer os padrões de integração e segurança dos sistemas utilizados pelo FNDE, com reflexos imensuráveis e inestimáveis na estrutura de planejamento estratégico e ações institucionais.

A despeito dessa exigência, a impugnante equivocadamente afirma que a utilização da plataforma ARIS representa parcela mínima do contrato, e por isso bastaria a contratação de um consultor especializado na ferramenta, no caso de eventual necessidade de conhecimento da tecnologia utilizada.

Ora, como já exaustivamente discorrido, embora o objeto do contrato não preveja o fornecimento de software, a execução dos serviços, objeto do pregão eletrônico nº 048/2013 deverá ser suportado, em todas as etapas do projeto, pela infraestrutura de tecnologia adotada para esta finalidade no âmbito do FNDE.

Para melhor entendimento sobre a importância de utilização da ferramenta, sugerimos a leitura do item II.8.1. do edital, onde todo o volume de trabalho realizado está sobre a plataforma ARIS.

Logo, o cerne da discussão não reside na identificação de parcela mínima ou máxima dos requisitos de execução do contrato, mas sim de condição relevante e necessária à devida entrega dos serviços pretendidos pelo órgão.

O monitoramento dos padrões de funcionamento da plataforma ARIS deve ocorrer ao longo de todo o ciclo do projeto por profissional devidamente certificado e qualificado no intuito de prevenir possíveis complicações afetas ao uso diário da ferramenta, situação oposta à “eventualidade” proposta pela impugnante.

Todavia, dada a insuficiência de informações que comprovem com exatidão o número de profissionais no mercado que dispõem da certificação CAP, o referido critério passa a ser incorporado às exigências decorrentes no ato da assinatura do contrato, não integrando mais o conjunto de exigências especificado no item X – Condições Gerais do Termo de Referência.

Dessa forma, permanece afastada qualquer possibilidade de cerceamento ao princípio da ampla competitividade, conforme alegado pela impugnante, razão pela qual considera-se parcialmente atendido o pedido constante à letra “b” do item III – Pedidos, da impugnação oferecida pela empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. – EPP ao Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013.

***Da empresa NONSTOP - Informática Ltda***

**Argumentos da impugnação da NONSTOP:**

Da peça impugnatória da Impetrante extraímos os principais pontos de sua argumentação, abaixo transcritos:

Segundo consta no subitem X.1.4.4, do Termo de Referência, a licitante, no momento da habilitação, deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total de horas solicitadas no Projeto do FNDE, conforme tabela do item

[...]

Ocorre que, a analisar a tabela constante do subitem em comento, especificamente no que diz respeito às denominações 2, 3 e 4, há um erro de cálculo na tabela, na coluna destinada à “Quantidade a ser comprovada em HST (50% do volume)”, já que os quantitativos de 1020 e 1030 não representam a metade de 4080 e 4060, respectivamente.

Isto é. No que tange às denominações abaixo, destacadas da tabela ora mencionada, tem-se que houve um erro de cálculo relativo a 50% do volume de HST, já que os valores que devem ser comprovados, no mínimo, pela licitante, não condizem com a metade do Volume de Serviços Estimados.

[...]

O cálculo equivocado da “Quantidade a ser comprovada em HST (50% do volume)” pode induzir as participantes do pregão a erro, pois irão apresentar atestados de capacidade com valor mínimo abaixo do que realmente é necessário para comprovar sua experiência na prestação do serviço.

Assim, impugna-se o subitem X.1.4.4 do Anexo I do Edital, por conter erros de cálculo capazes de prejudicar as licitantes no momento de apresentação dos documentos de capacidade técnica, havendo a possibilidade de desclassificação.

Portanto, requer o ajuste da tabela constante do item X.1.4.4, e a consequente republicação do Edital do PE nº 48/2013/FNDE.

[...]

Já o item X.1.4.5 do Termo de Referência, exige, também no momento da habilitação, a apresentação de atestado de capacidade técnica e currículo de profissional que será o responsável técnico do projeto profissional, com certificação CAP.

[...]

Ao exigir que, para contratar com o FNDE, a licitante deve apresentar, no momento da habilitação, a comprovação da qualificação técnica de profissional que prestará os serviços, a Autarquia cria óbice para que a licitante possa contratar o objeto licitado, ainda que seja habilitada a participar do certame.

A exigência ora guerreada se mostra restritiva ao caráter competitivo do certame em questão, incorrendo em desobediência ao dispositivo da Lei nº 8.666/93,

[...]

Esse tipo de exigência só pode ser requisitada no momento da contratação, pois o que está sendo licitado é a prestação de um serviço, que deve ser executado nos moldes do instrumento convocatório, e não a contratação de um profissional qualificado para tal.

Quer-se dizer que, no momento da habilitação, a empresa interessada em participar do certame deve comprovar a sua experiência e aptidão técnica para executar o contrato, de maneira que, os profissionais que vão trabalhar no objeto do contrato só devem ser especificados no momento da contratação com o FNDE.

Isso porque, a empresa não é obrigada a despendar uma quantia para manter um profissional, sem que haja um serviço específico para ele executar. Isto é, se a empresa sequer foi habilitada na licitação, não há razão para que ela arque com o pagamento de salário e benefícios de um profissional, apenas para comprovar ao FNDE que há, em seu quadro de pessoal, alguém qualificado a prestar o serviço licitado. Isso deve ser atestado no momento da contratação, se a licitante for consagrada vencedora do Pregão.

[...]

Destarte, incabível a exigência de se comprovar, no momento da habilitação, a qualificação técnica de profissional que prestará o serviço licitado, em virtude de violação ao princípio da legalidade e ao caráter competitivo do procedimento licitatório.

[...]

Ante o exposto, requer a impugnante sejam acolhidos os argumentos anteriormente expendidos de forma a modificar o Edital e o Termo de Referência, reformulando os subitens ora impugnados do Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013 e do Anexo I, de forma a adequá-los ao que dispõe a Lei e o bom senso, eis que isso refletirá a correta condução do certame, em

conformidade ao caráter competitivo da licitação e aos princípios da Administração Pública.

Assim, requer a republicação do Edital com as modificações pertinentes.

Caso não seja esse o entendimento, requer a apreciação da presente pela autoridade superior competente.

#### **Análise e parecer técnico acerca da impugnação da NONSTOP:**

Ainda que a empresa Impetrante não se mostre, s.m.j., do ramo do objeto da licitação, não nos furtaremos a apreciar as considerações por ela formulada, mormente sobre erros de cálculos capazes de prejudicar as licitantes no momento da apresentação dos documentos.

Neste sentido, esta Equipe Técnica reconhece a ocorrência do erro de calculo presente no item X.1.4.4 do edital, tendo realizado as correções solicitadas. Em que pese tais alterações não implicarem na formulação das propostas, em especial atenção ao princípio da publicidade e da não restrição competitiva, opinamos no sentido de que haja republicação do edital com reabertura do prazo de 08 (oito) dias úteis, em respeito à legislação e à jurisprudência pacificada.

No que se refere aos argumentos da Impetrante acerca da exigência de apresentação da comprovação técnica de profissional no momento da habilitação, entendemos não ser o caso de dispensa da exigência por encontrar assento legal e respaldo jurisprudencial.

Contudo, é também da jurisprudência o entendimento de que tal exigência, vinculada ao momento da habilitação, pode configurar ônus prévio para os interessados capaz de se refletir na formulação da proposta financeira.

Assim, opinamos pela manutenção da exigência **que deverá se comprovada pela licitante vencedora somente no ato da assinatura do contrato.**

#### **CONCLUSÃO:**

Considerando os elementos colacionados nesta nota técnica opinamos pelo provimento parcial das impugnações impetradas pelas empresas **NONSTOP Informática Ltda e G4F – Soluções Corporativas Ltda**, nos seguintes termos:

- Quanto à exclusão dos [...] *requisitos de qualificação técnica consistentes na indicação de profissional com certificação CAP (Certified ARIS Professional) e na apresentação de atestado de capacidade técnica que indique que os serviços foram executados utilizando a plataforma ARIS:*
  - Fica mantida a exigência quanto à qualificação técnica do profissional **devendo a comprovação ser feita no momento da assinatura do contrato e não como requisito de habilitação.**
  - Fica mantida a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que informe, além dos elementos já definidos no edital, a comprovação de experiência na execução de serviços com a utilização da plataforma ARIS.
- Quanto à adequação da planilha de comprovação de experiência na ordem de 50% da volumetria a ser contratada, procedemos à correção e reencaminhamos o processo para nova publicação.

Entendemos que os demais itens, exigências e requisitos do Edital de Pregão

Brasília, 29 de novembro de 2013.

**LUCINEIDE ALVES DE OLIVEIRA MEDEIROS DA COSTA**

Assessora de Gestão Estratégica  
AGEST/PRESI/FNDE

**CRISTIANO DA SILVA MELO**

Consultor OEI  
EGPN/AGEST/PRESI/FNDE

**ADIEL ALECRIN**

Consultor OEI  
DIRTE/FNDE

De acordo,

Anuo a presente nota técnica por seus próprios fundamentos, para opinar pelo acolhimento parcial das razões de impugnação interpostas pelas empresas NONSTOP Informática Ltda e G4F – Soluções Corporativas Ltda.

Encaminhe-se à CGCOM para as providências cabíveis.

Brasília, DF, 29 de novembro de 2013.

**JOSÉ GUILHERME MOREIRA RIBEIRO**

DIRTE"

5. Portanto, têm razão, em parte, as Impugnantes, e o edital será republicado.

**III - Da Decisão.**

6. Assim, dou provimento parcial, no mérito, à presente impugnação, informando que o edital será republicado.

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

**André Lustosa Ávila**

Pregoeiro do FNDE